

União, a saída para a América Latina.

O lance diplomático da declaração conjunta de Brasil, Argentina, México e Colômbia, manifestando-se preocupados com a evolução dos juros internacionais e com o aumento do protecionismo, é o primeiro resultado visível da busca de uma unidade, mesmo que a situação de cada país seja muito diferente, tanto política quanto economicamente, e também diferente o estado de cada balanço de pagamentos.

Por enquanto, não parece tratar-se de algo próximo à idéia de uma Opep dos devedores, proposta por Celso Furtado quando era mais grave o desequilíbrio cambial na América Latina. Mas certamente os credores não ignorarão essa hipótese e, na medida em que a previram no passado, chegaram até a formular planos para a eventualidade de uma moratória conjunta, que importaria uma ajuda dos Tesouros aos bancos, em certo sentido semelhante à que foi feita agora para salvar o Continental Illinois.

A América Latina pagou um preço substancial pela forma com que os Estados Unidos decidiram tratar seu déficit fiscal, que implicou substancial elevação das taxas de juros. O PIB latino-americano caiu 3,3% em 1983, e já havia caído 1% em 1982.

Primeiro passo

Mas além de acordos bilaterais, como o desenvolvido entre o Brasil e o México no ano passado, para acertar diferenças de balanço de pagamentos, pouco se havia demonstrado em termos de ação conjunta. Na prática, a operação de socorro à Argentina foi um marco inicial dessa disposição.

No final do mês de março, pouco antes de ser cumprida a ameaça de bancos norte-americanos de incluírem débitos argentinos em *non-performing*, a que iria suceder-se uma retaliação, Brasil, México, Venezuela e Colômbia fizeram um empréstimo de US\$ 300 milhões à Argentina. México e Venezuela entraram com US\$ 100 milhões cada um, Brasil e Colômbia com US\$ 50 milhões cada, enquanto a própria Argentina usava US\$ 100 milhões e os bancos credores entravam também com US\$ 100 milhões, para honrar juros atrasados que somavam US\$ 500 milhões.

O marco do apoio à Argentina estabeleceu um vínculo de solidariedade entre os países latino-americanos, que talvez tenha apressado a discussão nos próprios países

Na tabela ao lado, o peso dos juros: de cada cem dólares que recebemos, 45,50 são para pagar a dívida. Abaixo, a evolução das taxas que pagamos a europeus e norte-americanos.

credores acerca da pressão da dívida externa sobre os menos desenvolvidos e o risco de ruptura social e política dessas nações.

Nos próprios Estados Unidos, o presidente do Conselho de Assessores Econômicos de Ronald Reagan, Martin Feldstein, percebera claramente o problema e o expusera por ocasião da reunião do Fundo Monetário Internacional realizada em setembro do ano passado, em Washington. Feldstein, entretanto, decidiu afastar-se de seu cargo recentemente.

Até os credores

E os banqueiros norte-americanos começaram a perceber cada vez mais claramente que o serviço da dívida externa (juros e amortizações do principal) não poderia ser suportado sem graves consequências sociais mesmo depois da renegociação de dívidas como a do Brasil, do México e da Argentina, esta ainda às voltas com o Fundo Monetário Internacional e utilizando a legitimidade do seu processo político como suporte para posições mais duras em face dos credores.

A 12 de março, em visita ao Brasil, o banqueiro Samuel Armacost, do Bank of America, um dos maiores do mundo, sugeriu negociações governo a governo, e soluções de médio e longo prazos para os devedores. Não há porém unanimidade entre os banqueiros, e John McGillicuddy, do Manufacturers Hanover, não endossou, também no Brasil, a posição do Bank of America, nem falando sobre ela.

Enquanto isso, as taxas de juros subiam, impulsionadas pela *prime rate* norte-americana, o que por sua vez decorre da intenção dos Estados Unidos de atraírem poupanças (em dólar) de todo o mundo para financiar seu déficit público. A *prime* passou de 10,5% em janeiro deste ano para 10,75% em fevereiro, 11,5% em março, 12% em abril e 12,5% nos primeiros dias de maio, com projeções de que possa chegar até os 15% ao ano, conforme a política monetária norte-americana.

Esse avanço dos juros agrava as políticas de ajuste já muito difíceis praticadas na América Latina, com destaque para países como o México e o Brasil, que não só começaram a fazer transferências líquidas de recursos para os credores a partir do ano passado, como também conseguiram forte superávit na balança comercial, gerando os dólares necessários para suportar o serviço da dívida externa.

Juros X Exportações			
Anos	Juros (1)	Exp. (2)	Relação 1/2
1978	2,7	12,7	21,2%
1979	4,2	15,2	27,6%
1980	6,3	20,1	31,3%
1981	9,2	23,3	39,5%
1982	11,4	20,2	56,4%
1983	9,6	21,9	43,8%
1984 (*)	11,6	25,5	45,5%

Fonte dos dados: Banco Central e (*) estimativa JT.

